



ANÁLISE

# “O debate económico não é sereno”

A década de ouro não criou emprego, o 25 de Abril trouxe tanto crescimento como a adesão europeia, e a integração na moeda única transformou-nos numa economia anémica que não valoriza o trabalho e que deixou sucumbir a indústria e deslazar o território. O novo livro de José Reis desconstrói muito do que temos andado a ouvir

/ Texto Clara Teixeira / Foto Luís Barra

● José Reis, professor catedrático de Economia em Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais, escreveu um novo livro para trazer serenidade ao debate económico e desmistificar inverdades sobre um País pobre e periférico que, apesar da condição geográfica, tenta remar contra a maré. Assim nos deixem...

**Desde *A Economia Portuguesa desde 1960*, do professor Silva Lopes, que nenhuma obra ia tão atrás analisar a chamada “década de ouro”. Foi uma coincidência ou uma necessidade?**

Os anos 60 não foram uma década de ouro. Tivemos períodos melhores. O PIB cresceu a taxas elevadas, mas criou zero empregos. Foi feita uma industrialização tardia, baseada no capital, sem nenhuma relação com o emprego. Houve uma grande redução do trabalho na agricultura, mas a indústria não absorveu esse excedente que foi forçado a emigrar. Longe de mim disputar o conhecimento do professor Silva Lopes, mas um economista que

queira discutir as questões económicas do presente não pode deixar de ir tão atrás. É nos anos 60 que acontece a desvalorização do trabalho, por não criarmos emprego, por encontrarmos soluções “fáceis” para os problemas, por mandarmos emigrar em vez de criarmos postos de trabalho. Só se criou emprego novo em Portugal com o 25 de Abril. Temos três grandes ciclos de crescimento económico: um nos anos 60, outro logo a seguir ao 25 de Abril, com taxas de crescimento médias semelhantes às do terceiro ciclo, o da integração europeia.

**É um livro de desmistificação? Neste início de conversa, já deitou por terra dois mitos: o de que os anos 60 foram a década de ouro da economia portuguesa e o de que o 25 de Abril deixou as estruturas produtivas de pantanas...**

Não tenho a pretensão de lhe chamar um livro desmistificador, mas é uma obra apostada em fornecer informação sobre economia e em sugerir uma forma serena de analisá-la. O debate económico não é sereno. Popularizou-se, democratizou-se, mas não foi pelas melhores razões. Passou para o *prime time* das televisões, com comentadores que explicam tudo numa única frase e chegam a sentenças definitivas. É um livro inimigo da ideia de que temos de encontrar um culpado ou de vender uma solução singela. É preciso substituir muita informação que está na cabeça das pessoas e que não é correta. Escrevi-o a pensar também nos alunos de Economia. As necessidades de informação de um aluno do último ano são enormes.

**Dedica o livro ao seu pai e recorda a vida dele numa altura em que o País “era difícil mas não era tão estreito como hoje é”.**

**Porque é mais estreito?**

Em primeiro lugar, é estreito do ponto de vista do território. Não porque tivesse encolhido [*risos*], mas porque hoje, como os incêndios nos revelaram, temos um País deslaçado nas suas estruturas territoriais.

**O interior está abandonado?**

Prefiro deslaçado porque quero dizer outra coisa. Se tivermos uma crise séria em Lisboa, não teremos País para salvá-la como tivemos no final dos anos 70 e início dos anos 80, quando a reconversão industrial

gerou desemprego e salários em atraso. Essa crise nunca deixou de ser uma crise local, circunscrita, mas foi compensada pelo resto do País, porque as dinâmicas locais eram muito vivas no Vale do Ave, na Marinha Grande, em Águeda, onde se investia e criava emprego. Como vê, estou a olhar para as relações territoriais no País ao contrário do que é costume.

**No livro, mostra-se muito crítico para com a desindustrialização em excesso...**

A prova disso é que nenhum de nós é capaz de dizer três frases seguidas sobre a política industrial em Portugal. Neste sentido, o País também é muito mais estreito.

**Vale a pena investir numa política industrial, quando não queremos ser um País de mão de obra barata para competir com o Leste ou com o Norte de África?**

Mas temos um País de mão de obra barata, e qualificada, a passear turistas em Lisboa... Não é com o turismo que qualificamos a economia. Já a indústria continua a ser um setor de qualificação e de rentabilização das qualidades da mão de obra. No entanto, o País também é estreito do ponto de vista do emprego. No outro dia, pus-me a contar quantos filhos de amigos ficaram em Coimbra. Em 30, lembrei-me de uma, e mesmo essa, que é médica, terá de sair em breve. A estreiteza é no sistema territorial, é no sistema produtivo, é no sistema de emprego e é também nas nossas cabeças. Estamos convencidos de que resolvemos os nossos problemas económicos com duas ou três coisas: exportações, turismo, e uma Web Summit. São gotas de

**“Temos um País de mão de obra barata, e qualificada, a passear turistas em Lisboa”**



água quando o que precisamos é de uma grande chuvada.

**Essa estreiteza não é também uma espécie de maldição dos países periféricos, como Portugal? O centro é sempre atrativo para quem está longe...**

Eu não diria que é uma maldição, mas a metáfora é útil. É um problema das periferias e, à medida que isto acontece, um País acentua a sua condição periférica. Foi o que sucedeu em Portugal.

**Como é que o podíamos ter evitado?**

Já tivemos boas razões para pensar que podia ser diferente. Já esbracejámos contra a condição periférica. O conceito de periferia persistente, que uso no título do livro, é deliberadamente dúbio. É persistente porque é continuado, mas também porque tenta remar contra isso. Nos anos 60, tivemos a industrialização, no pós-25 de Abril e no primeiro período da integração europeia procurámos criar laços internos para fazer face a esses desequilíbrios. E eu quero acreditar que, para muita gente, entrámos no euro para contrariar essa fatalidade periférica. Não é uma maldição. Há sempre alternativas.

**Olhando para trás, quando é que nos perdemos? Em 1993, com a integração monetária, tal como assinala no livro?**

Eu acho que sim. Foi nessa altura que entrámos por um caminho muito difícil e cheio de restrições para a economia. Os nossos ciclos económicos têm, em geral, a mesma duração. Tivemos um entre 1975 e 1984, outro entre 1984 e 1993, e outro entre 1993 e 2003. A partir de 1993, com a preparação e integração na União Económica e Monetária (UEM), passámos a estar sob constrições fortes que nos trouxeram enormes dificuldades.

**Que constrições são essas?**

A nossa política orçamental e a política cambial ficaram limitadas, tivemos de cumprir os critérios de Maastricht e tudo isso criou-nos constrições enormes. Ao mesmo tempo, tivemos um acesso fácil aos capitais, e os chamados mercados financeiros passaram a ter poder sobre a economia real. Com a financeirização da economia, deu-se uma viragem para ►



► o momento que vivemos ainda hoje. O ciclo, iniciado em 1993, é tão necessário como o dos anos 60 para percebermos as razões de estarmos como estamos.

**A eleição do ministro das Finanças para a presidência do Eurogrupo pode mudar as políticas europeias e reorientá-las para os problemas que Portugal tem?**

Esse é um bom *fait divers*...

**É assim que vê a eleição de Centeno?**

Não desvalorizo isso. A capacidade de Portugal fazer valer as suas posições e de infletir as posições europeias é muito importante – mas é muito difícil.

**Elegê-lo não terá sido o mais difícil? Não terá sido um sinal de que a Europa está mais disponível para ouvir quem tem um discurso e uma receita diferentes?**

O episódio da eleição não é desvalorizável nem deve ser ridicularizado. Obviamente, não vejo nisso a salvação do mundo ou a mudança do paradigma. Não mudou nada de substantivo nem passámos a ter a capacidade de fazer frente aos grandes poderes dos capitais que circulam na Europa.

**A próxima crise é inevitável? Estamos condenados a alternar crises profundas com períodos de expansão moderada?**

Não pertencemos ao clube dos economistas catastrofistas e muito menos aos candidatos a “previsores” das crises. Temos períodos de crise, mas também temos fases de crescimento. Mas há uma coisa muito importante: a sustentabilidade do crescimento tornou-se profundamente escassa. Há um conjunto de constrições muito forte, e a economia está dentro de um colete de forças que exige capacidade de ação política. Mais do que saber quando é a próxima crise, há que reconhecer que temos uma irregularidade no crescimento que tem de ser contrariada.

**Então, como é que saímos deste crescimento anémico?**

As políticas de redistribuição do rendimento, que salvaguardam o mercado de trabalho, e a reconstituição, ainda tímida, do papel do Estado em várias áreas têm sido positivas. O que se pode fazer mais? Duas ou três coisas. Uma é a reconstitui-



ção da capacidade produtiva para estabilizar o mercado de trabalho, a economia e o território. Hoje a indústria não vale mais do que 17% do PIB...

**É com uma aposta na indústria que vamos pagar melhores salários?**

O nosso maior mercado de exportação continua a ser o dos países europeus. Estamos a falar da Europa, uma região do globo onde nem tudo é comprado pelo seu baixo preço. O setor do calçado é um exemplo disso. Representa pouco na nossa especialização, mas é uma indústria de valor acrescentado que produz sapatos de preço elevado.

**Sabe quanto ganha um operário especializado da indústria do calçado?**

Todos os operários neste país ganham pouco. Temos de esperar que boa parte deles ganhe mais do que o salário mínimo nacional. É verdade que há aí um problema. Mas quando estamos em baixo não podemos puxar ainda mais para baixo.

**Está desiludido com a geringonça?**

Não. A geringonça deu-me tal alegria que é difícil perdê-la [risos].

**O Governo está a fazer tudo o que pode ou deveria aproveitar o bom momento da economia para fazer mais?**

A geringonça fez bem muita coisa, mas está num momento em que ou evolui ou se esgota. Foram definidas prioridades, como a ideia de que era necessário parar com a desvalorização do trabalho, mas agora tem de haver outra agenda: o debate sobre o Estado e os serviços públicos, o debate sobre a Saúde, o debate sobre as leis laborais, a reconstituição do sistema produtivo, através da industrialização associada ao território. Se o Governo chegar ao fim da legislatura sem uma agenda que não se limite à reposição de salários e à eleição de Centeno para o Eurogrupo, obviamente que não estaremos armados para uma boa guerra. ■

**“A eleição de Mário Centeno não é a salvação do mundo ou a mudança do paradigma”**